

Galpões agridem o tombamento

Paola Lima e
Renato Alves
Da equipe do **Correio**

Três grandes galpões de estrutura metálica, tijolões à vista e telhados de zinco destoam da arquitetura moderna e luxuosa dos prédios das redondezas. Localizados no Setor Comercial Norte e no Centro de Atividades do Lago Norte, eles foram erguidos nos últimos quatro meses pelo Grupo OK Construções e Empreendimentos, de propriedade do senador cassado Luiz Estevão de Oliveira. Aprovados pelas administrações de Bra-

sília e do Lago Norte, os galpões estão no centro de uma discussão sobre o que pode e o que não pode ser construído nas cidades. Os projetos respeitam as normas de edificação, uso e gabarito de Brasília. O problema é que as normas não regem a parte estética das construções.

Para o administrador de Brasília, os galpões do Grupo OK destoam da arquitetura moderna e dos prédios inteligentes do setor. Um deles, de 2.000 m² e 20 metros de altura, fica ao lado da sede da Administração, entre o edifício Varig e o shopping Liberty Mall. O outro, de 1.000 m², está entre os edifícios Number One e Brasília Trade Center.

“Tenho de zelar pela arquitetura da área tombada”, diz Antônio Gomes. Em dezembro, ele embargou as duas obras por não possuírem alvará de construção. Os galpões, que segundo Luiz Estevão abrigarão pequenas lojas, alugadas como em centros comerciais, começaram a ser levantados em novembro, sem licença da Administração.

INVESTIGAÇÃO

Na QI 1 do Lago Norte, junto à Estrada Parque Paranoá-Península Norte, três galpões do Grupo OK semelhantes aos do Setor Comercial Norte ocupam cerca de 20.000 m². Eles também vão abrigar lojas comerciais e estão liberados pela Administração Regional. A Prefeitura Comunitária do Lago Norte fez denúncia à Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb). “A edificação é de baixa qualidade arquitetônica”, protesta Cybele Juanita de Souza Lunkes, prefeita comunitária do Lago Norte. Outra preocupação é quanto ao impacto ambiental causado pela obra. No local não há rede de esgoto e o Lago Norte está dentro da Área de Proteção Ambiental do Lago Paranoá. O Ministério Público vai investigar o caso.

Adauto Cruz



GALPÃO DE 1.000 M² DO GRUPO OK, ENTRE OS EDIFÍCIOS NUMBER ONE E BRÁSILIA TRADE CENTER: QUEBRA DE PADRÃO

O Grupo OK deu entrada nos processos das obras em 1998. Os dois projetos foram aprovados, mas os alvarás de construção não foram liberados. Em um documento entregue à Administração, a construtora explicou que os galpões serviriam para captar recursos para a construção do prédio definitivo. “As obras não esgotam o potencial construtivo do terreno. Podemos ampliar o prédio depois”, afirma Luiz Estevão.

SEM ALVARÁ

Assessores do administrador revelaram ao **Correio** que ex-senador se reuniu com Antônio Gomes na semana passada e pediu a liberação da obra. O ex-senador teria alegado que o dinheiro levantado com o aluguel dos galpões o



ajudaria a pagar dívidas — os bens dele estão bloqueados pela Justiça devido à suspeita de envolvimento no desvio de R\$ 169 milhões (valor da época) da construção da sede do TRT de São Paulo.

O pedido não sensibilizou Antônio Gomes. “Eu via os galpões sempre, mas não sabia que estavam irregulares”, diz. Ele abriu sindicância interna na semana passada para saber quem aprovou os projetos e por que os fiscais permitiram o andamento das obras sem o alvará.

Em ofício ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Gomes pediu análise das obras no Setor Comercial Norte. A intenção é conseguir o aval do órgão para derubá-las. “A lei me dá poder para

isso, de acordo com o interesse público. E esse é o caso, já que as edificações agridem a arquitetura dos demais prédios da área, que é tombada como patrimônio da humanidade”, justifica. A lei citada é a 2.105, de 8 de outubro de 1998. O artigo 31 permite anular os projetos em caso de interesse público.

Gomes também vai pedir parecer à Subsecretaria de Urbanismo e Preservação (Sudurb) e ao Ministério Público. “É preciso ser criterioso no que se permite dentro da área tombada”, argumenta. O ofício entregue ao Iphan ainda está sendo analisado. “Cada um dos projetos foi entregue a um técnico para que faça uma análise da situação. Assim que tivermos um parecer vamos nos pronunciar”, garante Fátima Cisneiros, gerente executiva do órgão.